

Advogado – Prova Tipo A

PORTUGUÊS

01) Das palavras abaixo, estão todas corretas:

- a) Acensão, intenção, obsessão.
- b) Carcaça, alicerce, almaço.
- c) Gancho, bechiga, ameicha.
- d) Cochichar, comixão, enxaguar.
- e) Gengiva, cangica, adágio.

02) Observe:

- I - Essa menina tem um coração de ouro!
- II - Você demorou uma eternidade para chegar!
- III - Dei porcelana de presente aos noivos.
- IV - O Rei do futebol é insubstituível.

Há nessas sentenças, respectivamente, as figuras de linguagem:

- a) Metonímia, catacrese, perífrase, metáfora.
- b) Metáfora, paradoxo, catacrese, paronomásia.
- c) Catacrese, hipérbole, antítese, perífrase.
- d) Gradação, metáfora, metonímia, catacrese.
- e) Clichê, hipérbole, metonímia, antonomásia.

03) Assinale a alternativa na qual a concordância está correta:

- a) Quantas gramas de queijo você quer?
- b) Nem criança nem adolescente pode assistir a esse filme.
- c) Tanto Marcos quanto Camila faltaram da aula.
- d) Paciência é necessária neste momento.
- e) Foi eu que fiz esse bolo delicioso.

04) Em qual alternativa há correspondência correta entre o pronome de tratamento e seu uso?

- a) Vossa Eminência – Papa.
- b) Vossa Majestade – príncipes e princesas.
- c) Senhor(a) – pessoas íntimas.
- d) Vossa Excelência – presidente da República.
- e) Vossa Senhoria – desembargadores.

As questões 05, 06 e 07 se referem ao texto a seguir.

Como surgiram as festas juninas?

A origem dos festejos juninos no Brasil une jesuítas portugueses, costumes indígenas e caipiras, celebrando santos católicos e pratos com alimentos nativos.

Por Cíntia Cristina da Silva

As festas juninas homenageiam três santos católicos: Santo Antônio (no dia 13 de junho), São João Batista (dia 24) e São Pedro (dia 29). No entanto, a origem das comemorações nessa época do ano é anterior à era cristã. No hemisfério norte, várias celebrações pagãs aconteciam durante o solstício de verão. Essa importante data astronômica marca o dia mais longo e a noite mais curta do ano, o que ocorre nos dias 21 ou 22 de junho no hemisfério norte. Diversos povos da Antiguidade, como os celtas e os egípcios, aproveitavam a ocasião para organizar rituais em que pediam fartura nas colheitas. “Na Europa, os cultos à fertilidade em junho foram reproduzidos até por volta do século 10. Como a igreja não conseguia combatê-los, decidiu cristianizá-los, instituindo dias de homenagens aos três santos no mesmo mês”, diz a antropóloga Lucia Helena Rangel, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O curioso é que os índios que habitavam o Brasil antes da chegada dos portugueses também faziam importantes rituais durante o mês de junho. Apesar de essa época marcar o início do inverno por aqui, eles tinham várias celebrações ligadas à agricultura, com cantos, danças e muita comida. Com a chegada dos jesuítas portugueses, os costumes indígenas e o caráter religioso dos festejos juninos se fundiram. É por isso que as festas tanto

celebram santos católicos como oferecem uma variedade de pratos feitos com alimentos típicos dos nativos. Já a valorização da vida caipira nessas comemorações reflete a organização da sociedade brasileira até meados do século 20, quando 70% da população vivia no campo. Hoje, as grandes festas juninas se concentram no Nordeste, com destaque para as cidades de Caruaru (PE) e Campina Grande (PB).

Dança à francesa

A quadrilha tem origem francesa, nas contradanças de salão do século 17. Em pares, os dançarinos faziam uma sequência coreografada de movimentos alegres. O estilo chegou ao Brasil no século 19, trazido pelos nobres portugueses, e foi sendo adaptado até fazer sucesso nas festas juninas.

Recado pela fogueira

A fogueira já estava presente nas celebrações juninas feitas por pagãos e indígenas, mas também ganhou uma explicação cristã: Santa Isabel (mãe de São João Batista) disse à Virgem Maria (mãe de Jesus) que quando São João nascesse acenderia uma fogueira para avisá-la. Maria viu as chamas de longe e foi visitar a criança recém-nascida.

Sons regionais

As músicas juninas variam de uma região para outra. No Nordeste, as composições do sanfoneiro pernambucano Luiz Gonzaga são as mais famosas. Já no Sudeste, compositores como João de Barro e Adalberto Ribeiro (“Capelinha de Melão”) e Lamartine Babo (“Isto é lá com Santo Antônio”) fazem sucesso em volta da fogueira.

Abençoadas simpatias

Os três santos homenageados em junho – Santo Antônio, São João Batista e São Pedro – inspiram não só novenas e rezas, como também várias simpatias. Acredita-se, por exemplo, que os balões levam pedidos para São João. Mas Santo Antônio é o mais requisitado, por seu “poder” de casar moças solteiras.

Comilança nativa

A comida típica das festas é quase toda à base de grãos e raízes que nossos índios cultivavam, como milho, amendoim, batata-doce e mandioca. A colonização portuguesa adicionou novos ingredientes e hoje o cardápio ideal tem milho verde, bolo de fubá, pé-de-moleque, quentão, pipoca e outras gostosuras.

(Disponível

em

<https://mundoestranho.abril.com.br/cultura/como-surgiram-as-festas-juninas/>)

05) De acordo com o texto:

- a) A origem das festas juninas se relaciona às homenagens a Santo Antônio.
- b) No Brasil, os índios já faziam festas juninas como as de hoje.
- c) As comemorações do mês de junho remontam a civilizações anteriores ao cristianismo.
- d) As festas juninas começaram no Nordeste do Brasil, primeiramente.
- e) Os jesuítas não influenciaram a festa junina brasileira.

06) O plural de batata-doce e pé-de-moleque é, respectivamente:

- a) Batatas-doces e pés-de-moleque.
- b) Batata-doces e pés-de-moleque.
- c) Batatas-doces e pé-de-moleques.
- d) Batatas-doce e pés-de-moleques.
- e) As duas palavras são invariáveis.

07) Segundo o texto, as festas juninas brasileiras valorizam a vida caipira porque:

- a) A vida caipira sempre foi muito valorizada no Brasil.
- b) As festas juninas sempre são realizadas em sítios e fazendas.
- c) O brasileiro tem uma raiz caipira.

- d) Os índios costumavam fazer suas festas juninas no campo.
e) É um reflexo do fato de que grande parte da população vivia na zona rural até meados da década de 20.

08) O uso da crase é facultativo na alternativa:

- a) A gente se encontra às sete horas, ok?
b) Entregue esta encomenda à sua mãe.
c) Andava à toa pelas ruas, como um louco.
d) Eles se casaram às pressas, ninguém soube.
e) O álcool é prejudicial à saúde.

09) Metafonia é a alteração fonológica que ocorre em alguns substantivos quando os mesmos vão ao plural (a vogal “o” torna-se “ó” na língua falada). Assinale a alternativa na qual todos os substantivos têm plural metafônico:

- a) Bolha, miolo, osso.
b) Corvo, gomo, trono.
c) Caroço, forno, esforço.
d) Fosso, oco, boda,
e) Sogro, pomo, tijolo.

10) O vocábulo “se” tem função expletiva na alternativa:

- a) Paulo se machucou gravemente.
b) Precisa-se de vendedores.
c) “Foi-se o que era doce”.
d) Ele não se arrependeu do que fez.
e) Vai dar tudo certo, se Deus quiser!

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11) Sobre o sistema federativo brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Os Territórios Federais integram, administrativa e politicamente, os Estados onde estejam situados.
b) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre desapropriação.
c) Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.
d) Dentro da competência concorrente, a competência da União para legislar sobre normas gerais acaba por excluir qualquer competência suplementar dos Estados.
e) Pela Constituição de 1988, a chamada “competência residual” no campo material é conferida aos Municípios.

12) Sobre o processo legislativo, assinale a alternativa correta.

- a) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
b) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de qualquer parlamentar.
c) As leis complementares serão aprovadas por maioria simples.
d) A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal.
e) As emendas à Constituição serão promulgadas pelo Presidente da República ou, em sua falta, pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

13) Sobre o Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

a) A União poderá instituir, mediante lei complementar, impostos não previstos em sua competência, mesmo que sejam cumulativos e tenham fato gerador ou base de cálculo próprios de outros impostos discriminados na Constituição.

b) Compete à União instituir impostos sobre grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

c) Somente a União e os Estados podem instituir taxas em razão do exercício do poder de polícia.

d) As taxas podem ter base de cálculo própria de impostos, não havendo de se falar em bitributação neste caso.

e) Os Estados, mediante lei complementar, poderão instituir empréstimos compulsórios para subsidiar investimento público de caráter urgente e de relevante interesse regional.

14) Sobre os orçamentos públicos, assinale a alternativa correta.

a) Segundo a jurisprudência atual do STF, não cabe o controle de constitucionalidade das leis orçamentárias.

b) As emendas ao projeto de lei do orçamento anual independem de sua compatibilidade com o plano plurianual, devendo guardar consonância, tão somente, com a lei de diretrizes orçamentárias.

c) O remanejamento de recursos de uma categoria de programação para outra independe de prévia autorização legislativa.

d) Os créditos especiais e extraordinários, em qualquer hipótese, somente terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados.

e) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

15) Sobre o controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

a) A medida cautelar, proferida em sede de ADI, é dotada de eficácia contra todos, contendo, como regra, efeito ex tunc.

b) Admite-se intervenção de terceiros na ADC.

c) A concessão da medida cautelar, em sede de ADI, não torna aplicável a legislação anterior.

d) A decisão sobre a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo somente será tomada se presentes na sessão pelo menos oito Ministros.

e) Proclamada a constitucionalidade, julgar-se-á procedente a ADI ou improcedente eventual ADC; e, proclamada a inconstitucionalidade, julgar-se-á improcedente a ADI ou procedente eventual ADC.

16) Sobre os remédios constitucionais, assinale a alternativa correta.

a) Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, inclusive habeas corpus.

b) O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.

c) O prazo de 120 dias para impetração de mandado de segurança é considerado, pela doutrina e pela jurisprudência majoritárias, como prescricional.

- d) Diferentemente dos demais remédios constitucionais, o mandado de injunção não admite a forma coletiva.
- e) Os processos de habeas data possuem prioridade sobre todos os atos judiciais, inclusive habeas corpus e mandado de segurança.

17) Assinale a alternativa que corresponde a entendimento vinculante firmado pelo STF.

- a) Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
- b) O direito ao auxílio-alimentação é extensível aos servidores inativos.
- c) Os Municípios não detêm competência para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- d) É constitucional a incidência de ISS sobre operações de locação de bens móveis.
- e) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição, por violar o postulado da ampla defesa.

18) Sobre o tema Poder Constituinte e o procedimento de emenda ao texto constitucional, assinale a alternativa correta.

- a) As limitações ao poder de reforma somente são aquelas que constam expressamente no texto constitucional.
- b) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- c) O Poder Constituinte Derivado tem como marca principal ser ilimitado e incondicionado.
- d) O Poder Constituinte Derivado Reformador consiste na prerrogativa conferida aos estados membros de elaborar suas próprias constituições.
- e) O poder de emenda à Constituição somente possui limitações circunstanciais.

19) Sobre os Municípios, assinale a alternativa correta.

- a) Compete aos Municípios criar, organizar e suprimir distritos, independentemente da legislação estadual.
- b) É facultado aos Municípios a criação órgãos de contas municipais.
- c) Segundo a doutrina majoritária, o poder de auto-organização dos Municípios decorre do Poder Constituinte Derivado. Desta forma, as leis orgânicas municipais possuem status constitucional.
- d) A Constituição não prevê iniciativa popular de lei municipal.
- e) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

20) Sobre o regime jurídico constitucional dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- a) Desde que haja compatibilidade de horários, é permitida a acumulação de até três cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde.
- b) O servidor público eleito deputado estadual não precisa afastar-se de seu cargo, caso haja compatibilidade de horários.
- c) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e

exoneração aplica-se o regime geral de previdência social.

d) Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, todavia, é possível que haja mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal.

e) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário podem ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

21) Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) É possível proceder a revogação dos atos já exauridos.
- b) Ao Poder Judiciário é vedado proceder o controle de legalidade dos atos administrativos.
- c) A licença corresponde a um exemplo típico de ato discricionário.
- d) Os atos enunciativos atestam uma situação existente, a exemplo das certidões e atestados.
- e) Diante de ato ilegal, a Administração pode optar entre anular ou revogar o ato.

22) Sobre as concessões de serviços público, assinale a alternativa correta.

- a) Considera-se caducidade a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.
- b) As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.
- c) É admitida a subconcessão, independentemente de autorização do poder concedente.
- d) O ente titular do serviço responde solidariamente pelos prejuízos causados pela concessionária a terceiros.
- e) Os contratos de concessão não podem prever mecanismos de revisão das tarifas.

23) Sobre os bens públicos, assinale a alternativa correta.

- a) Para alienação dos bens imóveis públicos é necessária, somente, autorização legislativa.
- b) A doutrina brasileira admite a chamada “desafetação tácita” dos bens públicos, isto é, quando ocorre a mudança da categoria do bem pela sua falta de uso.
- c) As repartições públicas são clássicos exemplos de bens de uso comum do povo.
- d) A desapropriação é considerada uma forma de aquisição originária de bem público.
- e) Segundo a doutrina dominante, os bens públicos dominicais estão sujeitos à prescrição aquisitiva.

24) Sobre o controle da administração pública, assinale a alternativa correta.

- a) Os responsáveis pelo controle interno, quando tomarem conhecimento de irregularidade, possuem o dever de dar ciência ao respectivo órgão de contas. A inobservância deste preceito acarreta em sua responsabilização funcional, mas não em sua

responsabilidade solidária, sob pena de violação do princípio proporcionalidade, tal qual já decidiu o STF.

b) Cabe ao TCU julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.

c) Compete aos tribunais de contas apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão.

d) As decisões dos tribunais de contas que resultem em imputação de débito ou multa somente obterão eficácia executiva após confirmação pelo Poder Judiciário, observado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

e) Os tribunais de contas analisam a legalidade, economicidade e legitimidade dos atos administrativos de modo repressivo, não podendo, nesta sorte, adotar medidas preventivas, como, por exemplo, proceder a sustação do ato.

25) Sobre as licitações pública, assinale a alternativa correta.

a) O regime de execução por empreitada por preço unitário ocorre quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total.

b) A Lei 8.666/1993 permite que obra ou serviço de engenharia seja licitada somente com o anteprojeto, ficando, nessa hipótese, os projetos básico e executivo a cargo do futuro contratado.

c) Segundo a jurisprudência dos órgãos de controle, é possível exigir do licitante, a título de qualificação econômica-financeira, de modo cumulativo, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo e garantia (caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária).

d) A modificação do edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido. Este procedimento deve ser observado em toda e qualquer modificação, não comportando nenhuma exceção.

e) É permitida a participação do autor do projeto na execução da obra, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

26) Sobre o regime jurídico aplicável às empresas públicas e sociedades de economia mista, assinale a alternativa correta.

a) Em nenhuma hipótese será admitida, no capital de empresa pública, a participação de outra pessoa jurídica de direito público interno.

b) A sociedade de economia mista poderá solucionar, mediante arbitragem, as divergências entre acionistas e a sociedade, ou entre acionistas controladores e acionistas minoritários, nos termos previstos em seu estatuto social.

c) As empresas públicas e as sociedades de economias mistas são impedidas de divulgar a remuneração de seus administradores.

d) As empresas públicas e as sociedades de economia mista de capital fechado não necessitam observar as normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras.

e) Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.

27) Sobre os tributos, assinale a alternativa correta.

a) Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação dependente de atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

b) Não se equipara à majoração do tributo a modificação da sua base de cálculo, que importe em torná-lo mais oneroso.

c) A natureza jurídica específica do tributo não é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo fundamental para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei, bem como a destinação legal do produto da sua arrecadação.

d) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

e) O não-exercício da competência tributária resulta em seu deferimento à pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.

28) Sobre as limitações do poder de tributar, assinale a alternativa correta.

a) A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

b) Como regra, a Constituição autoriza que a instituição de isenções heterônomas pela União.

c) Pelo texto constitucional, a chamada anterioridade nonagesimal somente deve ser observada para majoração ou instituição de contribuição social.

d) É vedado aos entes federativos, em qualquer hipótese, estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.

e) As imunidades tributárias têm origem no texto constitucional e na legislação infraconstitucional.

29) Sobre o regime jurídico da responsabilidade civil trazida pelo Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa correta.

a) Os pais não podem ser responsabilizados pelos atos praticados pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;

b) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, mesmo que o causador do dano seja descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.

c) Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.

d) Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado e, se a ofensa tiver mais de um autor, o credor deverá optar por apenas um dos autores para proceder a reparação.

e) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la não se transmitem com a herança.

- 30) Sobre os direitos reais, assinale a alternativa correta.
- a) Os direitos reais sobre coisas móveis, quando constituídos, ou transmitidos por atos entre vivos, se adquirem independentemente de tradição.
 - b) O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.
 - c) A propriedade do solo abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica, os monumentos arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais.
 - d) Constituída para certo fim, a servidão pode ampliar-se a outro.
 - e) O usufruto de imóveis constituir-se-á independentemente de registro no Cartório de Registro de Imóveis.

- 31) Sobre a prescrição e decadência, assinale a alternativa correta.
- a) A interrupção da prescrição produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.
 - b) A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros.
 - c) A prescrição ocorre em cinco anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
 - d) Corre a prescrição entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, mesmo durante a vigência da tutela ou curatela.
 - e) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.

- 32) Sobre os defeitos nos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.
- a) Se ambas as partes procederem com dolo, qualquer delas pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
 - b) Considera-se coação o simples temor reverencial.
 - c) Configura-se a lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
 - d) O prazo decadencial para anular o negócio jurídico com base na ocorrência de coação, inicia quando está cessar.
 - e) A invalidade do instrumento induz a do negócio jurídico, mesmo que este puder provar-se por outro meio.

- 33) Sobre as obrigações, assinale a alternativa correta.
- a) A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
 - b) Os frutos percebidos são do credor, cabendo ao devedor os pendentes.
 - c) Nas obrigações de fazer, não incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor que recusar a prestação a ele só imposta, ou só por ele exequível.
 - d) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
 - e) Nas obrigações de dar coisa incerta, mesmo antes da escolha, o devedor poderá alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito

- 34) Sobre a sentença no processo civil, assinale a alternativa correta:
- a) É lícito ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.
 - b) A decisão judicial deve ser interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da boa-fé.
 - c) O pronunciamento judicial que não resolve o mérito obsta que a parte proponha novamente a ação.
 - d) Oferecida a contestação, a extinção do processo por abandono da causa pelo autor independe de requerimento do réu.
 - e) Oferecida a contestação, o autor poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.

- 35) Sobre os recursos no processo civil, assinale a alternativa correta.
- a) O recolhimento do porte de remessa e de retorno é devido mesmo nos processos em que os autos sejam eletrônicos.
 - b) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
 - c) O recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente, sendo-lhe aplicáveis as mesmas regras deste quanto aos requisitos de admissibilidade e julgamento no tribunal, salvo disposição legal diversa.
 - d) Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento, mas o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento deste único fundamento.
 - e) O agravo de instrumento será dirigido ao juiz que prolatou a decisão agravada.

- 36) Sobre o cumprimento de sentença de pagar quantia certa pela Fazenda Pública, assinale a alternativa correta.
- a) A multa prevista no § 1º do art. 523 do CPC (acréscimo de dez por cento sobre o débito pelo não pagamento voluntário da obrigação) é plenamente aplicável à Fazenda Pública.
 - b) Serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, mesmo que não tenha sido impugnada.
 - c) O cumprimento de sentença de pagar quantia certa contra a Fazenda Pública sempre acarretará na expedição de precatório.
 - d) No cumprimento de sentença, a Fazenda Pública será citada para opor embargos à execução no prazo de trinta dias.
 - e) A Fazenda Pública poderá alegar em sua impugnação a inexecutibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação, sendo que se também se considera inexigível a obrigação reconhecida em título executivo judicial fundado em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou do ato normativo tido pelo Supremo Tribunal Federal como incompatível com a Constituição Federal, em controle de constitucionalidade concentrado ou difuso.

- 37) Sobre a revelia no processo civil, assinale a alternativa correta.
- a) Ao réu revel será lícita a produção de provas, contrapostas às alegações do autor, desde que se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção.
 - b) Decretada a revelia, o revel não poderá intervir no processo.
 - c) Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato

formuladas pelo autor, mesmo quando o litígio versar sobre direitos indisponíveis.

d) Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de sua intimação pessoal.

e) Verificada a revelia, o juiz é obrigado a presumir verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, mesmo que estas forem reputadas inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.

38) Sobre o pedido no processo civil, assinale a alternativa correta.

a) O autor poderá, até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, desde que haja consentimento do réu.

b) Na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, estas somente serão consideradas incluídas no pedido, quando haja declaração expressa do autor neste sentido.

c) Quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, será admitida a cumulação se o autor empregar o procedimento comum, sem prejuízo do emprego das técnicas processuais diferenciadas previstas nos procedimentos especiais a que se sujeitam um ou mais pedidos cumulados, que não forem incompatíveis com as disposições sobre o procedimento comum.

d) Como regra, admite-se a formulação de pedido indeterminado.

e) É ilícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, quando entre eles não haja conexão.

39) Sobre as tutelas provisórias, assinale a alternativa correta.

a) A tutela da evidência poderá ser concedida, desde que haja a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

b) Nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido de tutela final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo.

c) A petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicará a lide e seu fundamento, a exposição completa e pormenorizada do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

d) Para a concessão da tutela de urgência, o juiz não pode, em nenhuma circunstância, exigir caução para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer.

e) A tutela de urgência somente pode ser concedida após justificção prévia.

40) Sobre as nulidades no processo civil, assinale a alternativa correta.

a) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta também pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.

b) Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam, sendo que a nulidade de uma parte do ato prejudicará as outras que dela sejam independentes.

c) Não será dado aproveitamento dos atos praticados, mesmo que não resulte prejuízo à defesa de qualquer parte.

d) Ao pronunciar a nulidade, o juiz declarará que atos são atingidos e ordenará as providências necessárias a fim de que sejam repetidos ou retificados.

e) Mesmo que puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz é

obrigado a pronunciar a nulidade, bem como determinar a repetição do ato.